

Balanço dos Encontros Psiquiátricos

Por: Duarte Correia

Camaradas:

Desejo, ao iniciar esta intervenção, saudar em nome da ORP do PCP o nosso 2º Encontro Nacional de Saúde, formulando os votos de um trabalho útil e pleno de êxito.

Começo por vos dizer que os resultados do Encontro Regional do Porto, bem como de algumas reuniões e outros actos preparatórios deste Encontro Nacional, embora não inteiramente satisfatórios face ao nosso objectivo inicial, confirmaram, que a situação da saúde no Distrito do Porto não se afasta muito, em termos médios, da situação geral do país, ~~mas~~ apesar de não nos ser possível quantificá-la tão pormenorizadamente como o pretendíamos.

As preocupações que sentimos com a política de saúde dos últimos anos, agravada em todos os sectores pela ministra Leonor Belega, os seus reflexos tão negativos quer na assistência às populações quer na segurança do trabalho, a perplexidade quanto ao futuro, conduzem-nos inevitavelmente a uma análise e discussão da política geral de saúde e das suas repercussões socio profissionais, e não deixam livres, nem o tempo nem o espírito, para estudar ou aprofundar este ou aquele problema local, como reconhecemos ser indispensável.

Tivemos reuniões preparatórias do Encontro Nacional, comissões nomeadas para o estudo de vários problemas, enviou-se um inquérito a 30 organizações do Partido do Distrito do Porto, há múltiplas intervenções nas secções e tivemos um Encontro Regional em Dezembro de 87. O balanço final é que, apesar deste trabalho, estamos ainda muito atrasados no conhecimento do Distrito, e que este deverá vir a ser uma via futura para o nosso trabalho, a concretizar com a realização, durante este ano, da 1ª Assembleia do Sector de Saúde do Porto.

É nossa convicção que os próximos Serviços de Saúde de que dispomos no ^{Districto} ~~Porto~~ não se devem tanto à falta de recursos humanos e materiais, como à falta de uma política ^{seria} e competente, que distribua racionalmente os recursos e que termine com ^{sem} o sub-aproveitamento.

Se nos Cuidados Primários de Saúde se obteve já o ratio de 1 médico por 1500 habitantes, os Cuidados Primários de Saúde, como tal, continuam a não existir. Os Cuidados Primários de Saúde fazem só, e mal, na sua generalidade, diagnóstico e tratamento. Não existe uma estrutura dinâmica que resolva os problemas das pessoas em termos de disponibilidade, contactos permanentes e interligação com os cuidados diferenciados, ~~Nem a organização se preocupa c/ a prevenção.~~ Os 36 Centros de Saúde existentes, com as suas ^{ZAA} unidades, além do mau funcionamento global, são constituídos por instalações degradadas e sem condições de trabalho, nem de atendimento. (Não existem meios técnicos auxiliares de diagnóstico, grande parte dos consultórios não estão ~~apetrechados~~ apetrechados, são compartilhados por 2 e mesmo 3 médicos, neles trabalham cerca de metade do número de enfermeiros necessários.)

Existem ainda, no distrito do Porto, muitos Centros de Saúde onde é necessário aguardar semanas pelas consultas, onde se formam "bichas" pela madrugada pela obtenção de uma vaga, unidades que não funcionam por falta de médicos, ^{atendimento} ~~atendimento~~ ^{inacessível} ~~inacessível~~ que obriga os utentes a terem de recorrer à medicina privada. Esta situação agrava-se nas zonas mais interiores do distrito e, sobretudo, nas semi-rurais onde o próprio acesso aos Centros de Saúde se torna difícil pela dificuldade de transporte.

Se é certo que, segundo números recentes, para uma população residente no distrito de 16% da população do Continente, tínhamos 22% dos médicos, 13,3% dos estabelecimentos de saúde e 16% do número de camas, não há cuidados diferenciados dignos desse nome, ocorrendo os doentes fundamentalmente aos três grandes Hospitais da cidade, que se encontram frequentemente à beira do colapso. Também nos ^{aqui} hospitais as condições de atendimento são inaceitáveis. Consultas com meses de espera, (no C.H.V.N.G. as consultas de neurologia estão a ser marcadas para 1990, havendo apenas um médico especialista para toda a área servida pelo hospital), operações com anos de atraso, taxa de ocupação de serviços (como é o caso do H. de S. João) superior a 150% das suas possibilidades, ~~faltam~~ falta de apoio técnico e financeiro para o funcionamento dos hospitais, nomeadamente nos novos hospitais distritais, onde ^{NÃO há} ~~faltam~~ quadros de pessoal de todos os sectores, onde as urgências não funcionam permanentemente em todos eles, onde apenas 14% dos médicos são destes próprios hospitais ^{partença do quadro desses}

~~Isto, para não referir o estado calamitoso das urgências onde se morre por impossibilidade de um atendimento conveniente.~~

Por outro lado, há mais de 5 anos que não é construída qualquer nova unidade de saúde no distrito do Porto, enquanto o Hospital da Prelada, há anos equipado, está a ser ocupado por consultórios e gabinetes privados, porque nenhum governo se preocupou com a sua integração na rede pública dos serviços de saúde, permitindo a sua exploração pela medicina privada.

Esta descrição da situação é, sem dúvida, pobre de pormenores. Mas contém em si o conhecimento global e todas as potencialidades que permitiriam, noutras condições políticas, obter a informação complementar com vista à rápida implementação no Distrito de uma política de saúde ao serviço dos interesses da população e dos profissionais de saúde. Um SNS que propicie aos portugueses cuidados de saúde contínuos, globais e integrados, não existe no país. Sabemos bem a razão: porque o Governo não o quer realizar e só se preocupa em destruí-lo.

DUARTE CORREIA

ORP